

CLASSE, ESTILOS DE VIDA E VALORES NO BRASIL¹

André Vieira²

Felix Lopez³

1 INTRODUÇÃO

Definir um conceito heurísticamente útil de classe social para explicar padrões comportamentais em sociedade, mecanismos de reprodução das desigualdades e diferenças nas oportunidades de vida das pessoas é parte permanente da agenda da ciência social. Por essa longa história, a literatura sobre classes sociais é volumosa, o que resulta em modelos teóricos diferentes, bem como em críticas recíprocas entre os adeptos de cada modelo. Parte das críticas contesta a adoção de medidas unidimensionais de renda, ocupação ou educação como *proxies* para definir classes e sugere adotar fatores propriamente de classe – considerada uma variável irreduzível a outras –, como as identidades e a socialização familiar comum – na determinação das oportunidades de vida (Lareau, 2011; Khan, 2011).

Paradoxalmente, ainda é reduzido o número de testes empíricos para validar modelos teóricos baseados em classes (Grusky e Weeden, 2010), em especial, testes e análises cujo propósito seja identificar a conexão entre identidades e posições de classe como matrizes geradoras de comportamentos semelhantes, em esferas distintas da ação social. A abordagem adotada neste texto é diferente das análises mais frequentes relativas à definição de classes para explicar aspectos da mobilidade e estratificação social nas sociedades.

Neste artigo, damos um passo inicial para testar empiricamente quão apropriado é o conceito de classe social, entendido e operacionalizado de forma multidimensional, para caracterizar o espaço das disposições comportamentais dos indivíduos em relação às diferentes esferas da ação social. Neste estudo, as disposições se restringem ao ativismo cívico, aos hábitos de lazer e às preferências musicais. Embora não seja objeto desta análise exploratória, o projeto mais amplo que vislumbramos é compreender se e como classe social explica aspectos da organização de identidades e estratégias de vida dos brasileiros. Portanto, ainda que não utilizemos diretamente os dados gerados no âmbito do projeto Radiografia do Brasil, a interlocução implícita é, com esse projeto e seus objetivos, identificar as possíveis conexões entre posições de classe e estilos de vida (Bourdieu, 2004).

As diferentes linhagens teóricas aplicam níveis variados de generalidade e precisão ao conceito de classe (Lareau e Conley 2010). O pressuposto mais consolidado na análise sociológica de estratificação social tem sido o de que as desigualdades se relacionam com as posições que os indivíduos ocupam na estrutura produtiva. Por isso, os principais modelos de classe incorporam dimensões referentes às condições de trabalho das pessoas: a distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos (ênfase alinhada à tradição marxista) e as situações típicas de trabalho e mercado associadas às ocupações (abordagem da vertente weberiana).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art2>

2. Sociólogo. E-mail: <andrepvieira@hotmail.com>.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. E-mail: <felix.lopez@ipea.gov.br>.

Mesmo os autores neomarxistas abandonaram as noções de classe mais abrangentes – e mais abstratas – do marxismo tradicional, redefinindo-as em termos das relações de propriedade emergentes dos nexos entre controle de ativos, exploração e dominação (Wright, 1996). Ainda assim, os esquemas analíticos propostos por esses autores demarcam classes como grandes agregados de indivíduos ordenados em categorias abrangentes, como empregados especialistas, gerentes, trabalhador típico etc.

A vertente teórica neodurkheimiana argumenta que as práticas sociais se estruturam e se convertem em identidades socialmente significativas em um nível mais específico de interação, o das atividades ocupacionais locais.⁴ A ocupação seria a fonte mais relevante para explicar as estratégias de ação coletiva das pessoas e de matrizes geradoras de atitudes e estilos de vida (Grusky e Weeden, 2001). Por isso, as classes mais amplas deveriam ser redefinidas como microclasses cujas fronteiras são os grupos ocupacionais. Os ganhos heurísticos e empíricos dessa abordagem dependem da capacidade de identificar se essas fronteiras sócio-ocupacionais são visíveis e atuantes. A estratégia abriria espaço para verificar se classes agregadas (por exemplo, classes médias, trabalhadores de colarinho branco, “subclasses” etc.) se dividem em grupamentos diversos que perseguem estratégias próprias de fechamento (*closure*).

Os estudos de classe na sociologia brasileira contemporânea têm sido influenciados pelas linhagens teóricas mencionadas anteriormente, sobretudo as tradições marxistas e weberianas. O conjunto dessa produção pode ser dividido em três grupos, que enfatizam problemas de pesquisas distintos (Bertoncelo, 2014): *i*) os efeitos das posições de classes sobre as oportunidades de vida dos indivíduos e grupos sociais (Ribeiro, 2007; 2011; Carvalhaes e Souza, 2014); *ii*) os modos de existência e reprodução das coletividades de classe (Souza, 2012); e *iii*) a importância das classes como agentes coletivos de contestação e/ou transformação da ordem social vigente (Boito Júnior, 2007).

Os estudos alinhados ao segundo grupo, aos quais nossa análise se vincula, se concentram na formação sociocultural das classes sociais. Estamos interessados em analisar padrões de associação entre as classes, entendidas de modo multidimensional, e os diferentes valores e preferências de consumo por elas reproduzidos.

Tipologias de classe neomarxistas têm sido utilizadas em análises voltadas para a explicação das desigualdades materiais (Santos, 2002) e raciais (Santos, 2005) no país. As posições de classe, tais como definidas nessas tipologias, condicionam a associação entre educação e ganhos de renda e moderam as consequências do *status* racial nas recompensas econômicas. Adicionalmente, os estudos voltados para a desigualdade de gênero sugerem que a estrutura de classe e a segregação ocupacional explicam pouco menos da metade dessa desigualdade (Santos, 2008).

O uso de medidas contínuas de estratificação social, tais como índices socioeconômicos, tem permitido descrever a persistência da desigualdade de oportunidades ao longo da expansão do sistema educacional (Fernandes, 2004; Aguiar, Fernandes e Neves, 2007; Silva, 2003; Ribeiro, 2009). Análises de mobilidade social e ocupacional têm se beneficiado da utilização de grupos de *status* (Pastore, 1979) e esquemas de classe weberianos (Scalon, 1999; Ribeiro e Scalon, 2001; Ribeiro, 2007). A trajetória do programa de pesquisas sobre desigualdades no país aponta para a superação do paradigma da renda no tratamento da desigualdade material e para a adoção de uma abordagem que articule as contribuições da tradição marxista, weberiana e as de estratificação social (Scalon e Santos, 2010).

4. Nessa vertente, postula-se que as evidências empíricas devem considerar tanto como os indivíduos cognitivamente se classificam em termos classistas – e critérios e categorias que utilizam – como verificar as ações visando definir critérios de entrada em grupamentos salientes – sindicatos, exigências de credenciamento profissional etc. (Grusky e Weeden, 2001).

Em que pese o disseminado uso da noção de classe nos estudos anteriormente mencionados, há pelo menos três linhas de argumento que ou desacreditam a noção de classe ou baseiam-nas em entradas (*inputs*), pré-mercado (como educação) ou extramercado (como riqueza herdada) para situar os indivíduos na estrutura social e explicar suas oportunidades de vida e estratégias de ação (Grusky e Weeden, 2010).

Para pós-modernistas e pós-estruturalistas, classe social se tornou um conceito teórico e empiricamente inexpressivo porque filiações identitárias como gênero e raça se tornaram mais proeminentes que as identidades classistas, em face do avançado processo de individualização das sociedades contemporâneas e perda de legitimidade das instituições políticas como partidos e sindicatos, cujos contornos se definem por critérios de classe. Featherstone (1991), Lash (1994), Bauman (1998), Pakulski, (2000; 2005), Grusky e Weeden (2001) e Le Roux *et al.* (2008) corroboram parcialmente essa hipótese.

Uma segunda linha de argumentação, contrária ao conceito sociológico de classe, é que a explicação para as desigualdades e estratégias de vida dos indivíduos observados em modelos quantitativos não decorre da posição ou situação de classe como um grupamento *sui generis* que fornece a matriz geradora das escolhas de indivíduos. Os supostos “efeitos líquidos de classe” seriam, na verdade, gerados inteiramente por processos de seleção, como acesso a escolas de elite (Meyer, 2008; Erikson e Goldthorpe, 1992).

Um terceiro argumento critica a noção de classe por traduzir apenas formas de regulação do emprego (contrato assalariado, de curto prazo etc.), esta, sim, a variável analiticamente crucial para entender interesses, crenças, práticas e cursos de ação dos trabalhadores.

Os modelos sociológicos usuais de classe, por sua vez, se apoiam em mensurações sintéticas, como índices socioeconômicos, que, em larga medida, são pouco sensíveis à diferenciação de grupos sociais, no interior dos quais emergem normas, redes e preferências adaptativas. Escalas socioeconômicas, por exemplo, tipicamente agrupam ocupações com níveis de remuneração e requisitos educacionais similares, mesmo que essas ocupações possam ter culturas bastante distintas e os indivíduos que as integrem apenas raramente interajam entre si (Grusky e Weeden, 2006).

Em função dessas críticas, estratégias multidimensionais de análise da desigualdade, pobreza e mobilidade (originalmente adotadas por economistas) provocaram revisões no debate sociológico sobre classe social. Para Grusky e Weeden (2006; 2010), os esquemas analíticos baseados no conceito de classe podem ser proveitosos se obtiverem êxito em caracterizar o espaço multidimensional das diferenças como um conjunto relativamente pequeno de grupos sociais, cada qual constituindo uma combinação distinta de habilidades (por exemplo, educação, capital humano), condições de trabalho (nível de autoridade, autonomia) e recompensas do trabalho (renda, riqueza). Desse modo, os modelos de classe estariam aptos a resolver os dois problemas da multidimensionalidade: dar sentido à complexidade potencial do espaço multidimensional das diferenças e demonstrar a emergência de uma organização social própria no interior desse espaço, “pacotes pré-embalados”, por assim dizer.

Mas a noção de classe como “pacotes pré-embalados” de condições estruturais que condicionam o comportamento individual requer demonstração empírica. De acordo com Grusky e Weeden (2010), a validação empírica de modelos baseados em classes indicaria que a mensuração capta adequadamente as dimensões combinadas das diferenças e desigualdades.

Ao menos duas questões de pesquisa pedem resposta: *i)* se o espaço das diferenças nas visões de mundo e estratégias de ação é de fato redutível a um número relativamente pequeno de combinações características de níveis de escolaridade, condições de trabalho e renda do trabalho e outras rendas; e *ii)* se esses “pacotes pré-embalados” estão de fato enraizados na divisão do trabalho e correspondem a grandes ou a pequenas classes. Os pressupostos de categorias de classe como conjuntos de condições estruturais, agora construídos como hipóteses sobre o espaço multidimensional das diferenças, poderiam ser testados por meio de modelos de classe latentes confirmatórios.

Esses modelos de classe, com abordagens multidimensionais, ainda estão por ser testados empiricamente no Brasil. Neste texto, realizamos testes empíricos iniciais, com o uso de dados da segunda edição do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS),⁵ de 2012, coletados por meio de entrevistas com 3.791 pessoas distribuídas por 212 municípios, utilizando-se, para tal, amostragem probabilística de domicílios, em três estágios de seleção: unidades primárias – municípios; unidades secundárias – setores censitários; e unidades terciárias – unidades domiciliares. A margem de erro máxima foi de 5% para a região Centro-Oeste, com nível de confiança de 95%.⁶ Os questionários temáticos sobre valores e estrutura social aplicados no âmbito dessa rodada do SIPS compreenderam questões sobre informações sociodemográficas, preferências culturais e percepções e valores sociais. No futuro, essa análise será ampliada com explorações mais detalhadas do SIPS e a incorporação dos dados disponibilizados no projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, que é objeto de análise nesta edição do *Boletim*.

2 MODELO DE ANÁLISE

A estrutura analítica proposta parte da definição de espaço das diferenças como uma distribuição multivariada (no caso deste estudo, escolaridade, ocupação e renda domiciliar *per capita*)⁷ que organiza a estrutura de vantagens e desvantagens sociais. Apoiados pela literatura, entendemos que as três famílias de variáveis representadas no modelo adotado (isto é, escolaridade, condições de trabalho e renda domiciliar *per capita*) constituem os elementos mais importantes na estrutura das diferenciações e desigualdades, embora não os esgotem.

A análise seguiu duas etapas. Na primeira, avaliamos se o modelo de mensuração de classe adotado caracteriza adequadamente a distribuição dos indivíduos ao longo do espaço multidimensional. Na segunda, verificamos se as classes encontradas estão associadas a padrões atitudinais e de preferências adaptáveis (isto é, gostos ou cultura), adicionando covariáveis referentes a preferências musicais, práticas de lazer e atitudes

5. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12661&catid=4&Itemid=2>.

6. Detalhes sobre a metodologia estão disponíveis em: <<https://bit.ly/39lqZhi>>.

7. A variável de escolaridade abrange quatro categorias: analfabeto; ensino fundamental incompleto ou completo; ensino médio incompleto ou completo; e ensino superior incompleto ou completo (incluindo pós-graduação), que assumiram valores de 1 a 4, nessa ordem. Seguindo o esquema de classes proposto por Ribeiro (2007), as ocupações foram recodificadas para: não manual não proprietário urbano; proprietário urbano; proprietário rural; manual não proprietário urbano; e rural, que assumiram valores de 1 a 5, nesta ordem. A renda domiciliar *per capita* foi recortada em faixas equivalentes aos quartis: menos de R\$ 200; de R\$ 200 a R\$ 367; de R\$ 367 a R\$ 600; e mais de R\$ 600, que assumiram valores de 1 a 4, nessa ordem.

sobre mobilidade social e ativismo político.⁸ Para tanto, utilizamos modelos de classe latente, que permitiu identificar *clusters* de indivíduos com perfis similares nas três variáveis socioeconômicas consideradas.⁹

A análise de classes latentes é um recurso estatístico para identificar grupos homogêneos e mutuamente exclusivos no interior de uma população heterogênea. O modelo utilizado visa estratificar as variáveis observadas por uma variável categórica não observada – latente – que elimina a confusão entre as variáveis observadas. Para dar conta da incerteza no pertencimento à classe, o modelo atribui a cada indivíduo uma probabilidade de filiação à classe. Cada classe latente é caracterizada por sua prevalência estimada e pela probabilidade de indivíduos dentro da classe exibirem diferentes atributos socioeconômicos. O modelo de regressão permite incluir covariáveis para prever o pertencimento dos indivíduos às classes latentes (Linzer e Lewis, 2011).

3 RESULTADOS

Começamos a análise estimando modelos de uma a quatro classes latentes, sem a inclusão das covariáveis de regressão.¹⁰ Com base tanto no valor mínimo do AIC – AIC (3 classes) = 15727; AIC (2 classes) = 15889 – quanto no do BIC – BIC (3 classes) = 15916; BIC (2 classes) = 16013 –, o modelo com três classes apresentou o melhor ajuste aos dados.¹¹ O modelo de três classes apresentou duas classes maiores, com indivíduos em situação socioeconômica mais desfavorecida, seguidas de uma classe melhor posicionada socialmente. O modelo com duas classes consistiu em dois grupos fortemente demarcados de acordo com as três variáveis socioeconômicas consideradas (escolaridade, renda e ocupação). Quando as covariáveis foram incluídas, o modelo com três classes teve o menor valor qui-quadrado de qualidade de ajuste¹² ($\chi^2 = 68,27$), indicando o modelo de melhor ajuste também de acordo com esse critério. Portanto, o modelo com três classes foi o mais parcimonioso e, por isso, o escolhido como o mais adequado para a análise.

O gráfico 1 apresenta as probabilidades de que os indivíduos atribuídos a cada uma das três classes estimadas apresentem as características mensuradas pelas variáveis socioeconômicas do modelo. Para interpretar as diferentes categorias das variáveis e as respectivas cores presentes no gráfico, remetemos o leitor à codificação das variáveis apresentada anteriormente. As três classes latentes estimadas indicam a organização dos indivíduos em três grupos com características claramente distintas: a classe 1, mais restrita (5% das observações), é constituída sobretudo por indivíduos com ensino superior incompleto ou completo (em roxo no gráfico, com probabilidade de 83%), do

8. A variável referente às preferências de lazer dos entrevistados teve seis categorias: ir ao cinema; ficar em casa; assistir a filmes em casa; ir à igreja ou à missa; ir ao *shopping*; e assistir à televisão, que assumiram valores de 1 a 6, nessa ordem. A variável relativa às preferências musicais teve também seis categorias: sertanejo; forró; *gospel*; hinos evangélicos; música popular brasileira (MPB) e pagode, que assumiram valores de 1 a 6, nessa ordem. A questão relativa a valores sobre mobilidade social assumiu igualmente seis categorias de resposta: pertencer a uma família rica; ter pais que estudaram; ter estudado; ter perseverança e não desistir nunca; trabalhar duro; e conhecer pessoas influentes ou ter contato com políticos, que assumiram valores de 1 a 6, nessa ordem. As percepções dos entrevistados sobre as formas mais importantes de influenciar o governo (que denominamos ativismo cívico) assumiram três categorias: voto; canais ou instituições oficiais; e protestos, que assumiram valores de 1 a 3, nessa ordem. Para fim de estimação dos modelos, consideramos apenas categorias com mais de 5% de observações.

9. A análise de classe latente foi realizada utilizando o pacote *poLCA* no *software* estatístico R (versão 3.4.2) (Linzer e Lewis, 2011), o qual tem uma função homônima que usa o pressuposto de independência local para estimar modelos de regressão de classes latentes para variáveis dependentes politômicas. Consideramos *p*-valor (bicaudal) inferior a 0,05 estatisticamente significante.

10. Os modelos de uma e quatro classes indicaram ajustes piores aos dados. Em virtude do limite de espaço, não os comentamos aqui.

11. O critério de informação de Akaike (Akaike Information Criterion – AIC) e o critério de informação bayesiano (Bayesian Information Criterion – BIC) são medidas de ajuste relativo de modelos estatísticos. Apesar de seguirem pressupostos distintos em relação aos modelos em avaliação, ambas as medidas adotam o máximo da função de verossimilhança como critério estatístico. O modelo considerado com melhor ajuste é aquele que tem os menores valores de AIC e BIC.

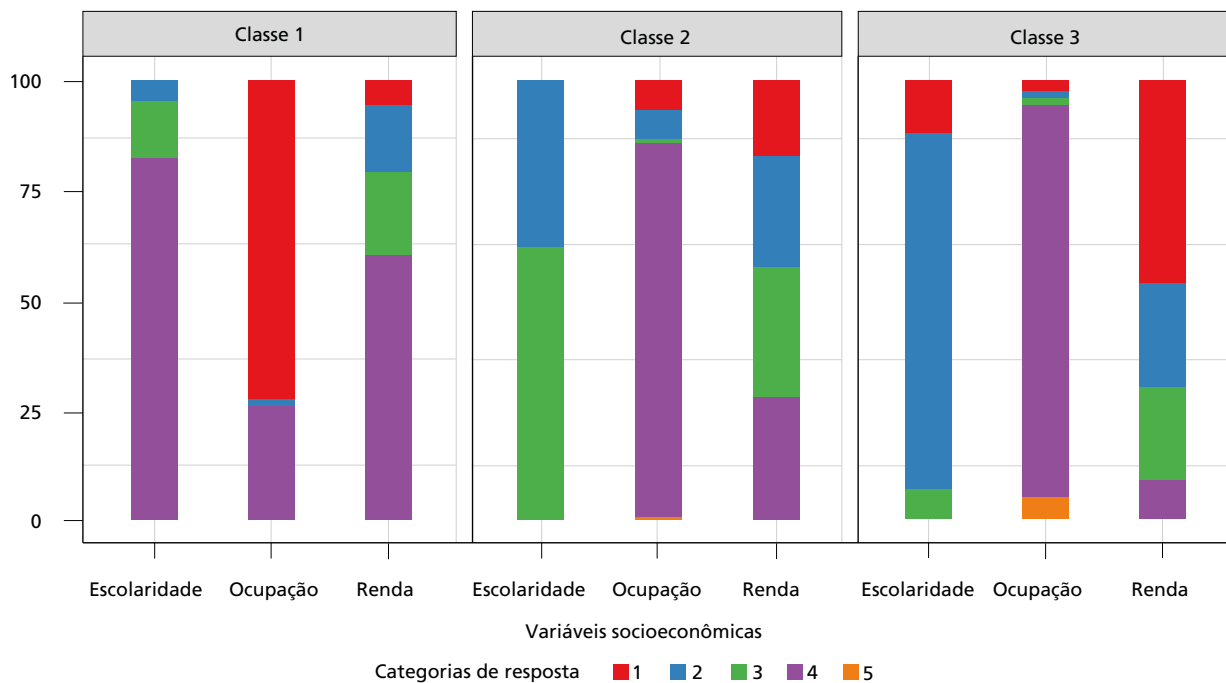
12. O teste de diferenças de qui-quadrado permite testar a qualidade do ajuste de modelos estatísticos concorrentes, utilizando uma estatística de teste com distribuição qui-quadrado, sob a hipótese nula de que o modelo está bem ajustado (no nível de 5%).

último quartil de renda (também em roxo, 61%) e com indivíduos em ocupações não manuais e não proprietárias urbanas (em vermelho, 72%); na classe 2 (42% das observações), estão principalmente os indivíduos com ensino médio incompleto ou completo (em cor verde na barra de escolaridade, com probabilidade de 62%), com presença mais forte nos quartis intermediários de renda (com 29% no terceiro quartil, em verde) e aqueles empregados em ocupações manuais e não proprietários urbanos (em roxo, com 86%); finalmente, a classe 3 (53% das observações) concentra a maior parte dos indivíduos menos escolarizados e do primeiro quartil de renda.

GRÁFICO 1

Probabilidades condicionais das categorias das variáveis socioeconômicas, por classe latente

(Em %)



Fonte: SIPS, 2012.
Elaboração dos autores.

Os resultados do modelo de regressão da variável latente são apresentados na tabela 1. Consideramos p -valor (bicaudal) inferior a 0,05 estatisticamente significativo. Em comparação com a classe 2, as classes 3 e 1 podem ser caracterizadas da forma seguinte: os indivíduos membros da classe 3 – menos escolarizada, de menor renda e com baixo prestígio ocupacional – têm maiores chances de preferirem modos mais “mundanos” de sociabilidade cotidiana – como ir à igreja ou missa ($p < 0,00$) ou assistir à televisão ($p < 0,00$) –, menores chances de preferir músicas associadas à MPB ($p < 0,02$) e menores chances de valorizarem canais institucionais como meio de influenciar o governo ($p < 0,00$). Os membros da classe 1, por sua vez, têm apenas uma diferença estatisticamente significativa em relação à classe 2: têm maiores chances de preferirem MPB ($p < 0,01$).

Os resultados indicam, portanto, a configuração de três grupos distintos no plano das dimensões socioeconômicas, mas de apenas duas grandes classes nas esferas atitudinais (especialmente em ativismo) e de hábitos e preferências culturais (sobretudo de lazer). As classes 1 e 2 distinguem-se da classe 3 de

forma mais pronunciada em virtude de preferências adaptáveis de lazer e de gosto musical que podem ser vinculadas a práticas de consumo da cultura estabelecida – como ir ao cinema ou comprar álbuns de MPB. A classe 3, em pior situação socioeconômica, parece menos propensa a acreditar em canais institucionais – como a apresentação de propostas a agentes públicos, participação de fóruns, sindicatos ou associações e reclamações ou denúncias a órgãos públicos – como meios de influenciar o poder público do que as classes socialmente favorecidas.

TABELA 1
Variáveis atitudinais e preferências de música e lazer associadas ao pertencimento às classes 3 e 1, relativas à classe 2

	Classe 3			Classe 1		
	<i>Log-odds</i> ¹	Erro-padrão	<i>p</i> -valor	<i>Log-odds</i>	Erro-padrão	<i>p</i> -valor
Intercepto	-13,51	0,34	0,00	-2,56	0,75	0,00
Lazer ²						
Ficar em casa	13,86	0,19	0,00	-0,4	0,52	0,45
Filmes em casa	13,44	0,2	0,00	-0,27	0,53	0,62
Igreja ou missa	14,07	0,23	0,00	0,32	0,59	0,59
<i>Shopping</i>	12,87	0,3	0,00	-0,12	0,62	0,85
Televisão	14,37	0,2	0,00	-0,67	0,59	0,28
Música ³						
Forró	0,2	0,29	0,51	0,24	0,49	0,64
<i>Gospel</i>	-0,01	0,25	0,98	-0,41	0,55	0,46
Hinos evangélicos	0,75	0,38	0,07	-0,66	0,87	0,47
MPB	-1,31	0,5	0,02	1,38	0,42	0,01
Pagode	-0,84	0,44	0,08	-0,15	0,68	0,83
Mobilidade ⁴						
Pais que estudaram	0	0,48	1,00	-0,84	1,06	0,44
Ter estudado	-0,02	0,37	0,97	0,2	0,72	0,79
Perseverança	-0,81	0,41	0,07	-0,09	0,78	0,91
Trabalho duro	0,04	0,41	0,92	0,03	0,8	0,97
Capital social	-1,42	0,96	0,16	0,91	0,97	0,36
Ativismo ⁵						
Canais institucionais	-0,51	0,2	0,02	0,38	0,35	0,29
Protestos	-0,98	0,54	0,09	0,04	0,7	0,95

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Os coeficientes são apresentados como logaritmos das chances de pertencimento às classes. Ao longo do texto, utilizamos a sua forma exponenciada, as razões de chances, que são mais intuitivas.

² Categoria de referência de lazer: ir ao cinema.

³ Categoria de referência de música: sertanejo.

⁴ Categoria de referência de mobilidade: pertencer a uma família rica.

⁵ Categoria de referência de ativismo: voto.

Obs.: N = 1428.

O exercício analítico anterior indica que as três classes latentes estimadas com base nas variáveis socioeconômicas utilizadas demonstram disposições diferentes em relação às dimensões de lazer, ativismo e gosto musical. Embora tenha caráter preliminar e natureza ainda exploratória, esse

resultado indica o potencial de um modo alternativo de construção e compreensão dos agrupamentos sociais – de classe – e como eles se associam às práticas de diferentes esferas da ação. Ao evitar, de antemão, associar os grupamentos a um conjunto presumido de disposições comportamentais, as disposições servem como instrumento para melhor compreender como estão construídas as unidades *sui generis* que constituem o espaço social.¹³

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de reunir dados quantitativos e qualitativos sobre a estrutura social e econômica, bem como de percepções, valores e atitudes dos indivíduos, enseja novas possibilidades de contribuir para o debate sobre como as classes sociais estruturam a ação social de indivíduos e condicionam suas estratégias de vida. Este estudo buscou aplicar uma das abordagens relevantes para essa discussão – a análise de classes latentes – no exame da configuração do espaço social brasileiro e das disposições comportamentais dos indivíduos em relação às diferentes dimensões da vida social. Partindo de uma conceituação multidimensional de classe social, foram identificados três grupos sociais fortemente diferenciados por características socioeconômicas, cujo pertencimento contribui para diferentes atitudes e preferências culturais.

Um dos principais méritos da abordagem adotada é permitir que sejam compreendidos, de modo multidimensional, aspectos constitutivos de possíveis classes sociais, sem reduzir a multidimensionalidade a uma escala única (como índices de *status* socioeconômico), que desconsidere características formativas de grupos que podem ser decisivas para a constituição de visões de mundo, como as ocupações. A fecundidade da análise de classes latentes será mais bem explorada em análises subsequentes. Neste exame preliminar, indicamos a existência de três classes latentes a partir de renda, escolaridade e tipo de ocupação e afirmamos que elas apresentam disposições comportamentais distintas em relação ao ativismo cívico, hábitos de lazer e preferências por estilos musicais.

Embora seja um passo inicial, a análise aqui proposta possibilitará incorporar ao debate – teórico e empírico – aspectos tão relevantes quanto rediscutir a dimensão das classes efetivamente existentes, formas alternativas de circunscrevê-las e como estas constituem unidades *sui generis*, geradoras de atitudes, percepções e valores, entre as quais estejam as formas como percebem e interagem com políticas públicas estatais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N.; FERNANDES, D.; NEVES, J. A. Mobilidade social feminina. *In*: AGUIAR, N. (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BAUMAN, Z. **Work, consumerism and the new poor**. Milton Keynes: Open University Press, 1998.

BERTONCELO, E. R. E. Classes sociais no Brasil. **Plural**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 8, 2014.

13. Nesses termos é que vemos potencial de explorar também os dados coletados no projeto Radiografia do Brasil com base nessa metodologia.

- BOITO JÚNIOR, A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 57-73, 2007.
- BOURDIEU, P. **Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2004.
- CARVALHAES, F.; SOUZA, P. Análise de classe e a queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil. **Plural**, v. 21, n. 2, p. 77, 2014.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. **The constant flux**: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Oxford University Press; New York: Clarendon Press, 1992.
- FEATHERSTONE, M. The aestheticization of everyday life. *In*: FEATHERSTONE, M. (Ed.). **Consumer culture and postmodernism**. London: SAGE Publications Ltd, 1991. p. 65-82.
- FERNANDES, D. C. Race, socioeconomic development and the educational stratification in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 22, p. 365-422, 2004.
- GRUSKY, D. B.; WEEDEN, K. A. Decomposition without death: a research agenda for a new class analysis. **Acta Sociologica**, v. 44, n. 3, p. 203-218, set. 2001.
- _____. Does the sociological approach to studying social mobility have a future? *In*: MORGAN, S. L.; GRUSKY, D. B.; FIELDS, G. S. (Org.). **Mobility and inequality**: frontiers of research in sociology and economics. California: Stanford University Press, 2006.
- _____. Are there social classes? A framework for testing sociology's favorite concept. *In*: LAREAU, A.; CONLEY, D. (Eds.). **Social class**: how does it work? New York: Russell Sage, 2010. p. 65-89.
- KHAN, S. R. **Privilege**: the making of an adolescent elite at St. Paul's School. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- LAREAU, A. **Unequal childhoods**: class, race, and family life. 2nd ed. Berkeley: University of California Press, 2011.
- LAREAU, A.; CONLEY, D. (Eds.). **Social class**: how does it work? New York: Russell Sage, 2010.
- LASH, L. Reflexivity and its doubles. *In*: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Eds.) **Reflexive modernization**: politics, tradition and aesthetics in the modern social order, Polity Press, Cambridge, 1994.
- LE ROUX, B. *et al.* Class and Cultural Division in the UK. **Sociology**, v. 42, n. 6, p. 1049-1071, dez. 2008.
- LINZER, D. A.; LEWIS, J. poLCA: an r package for polytomous variable latent class analysis. **Journal of Statistical Software**, v. 42, n. 10, p. 1-29, 2011.
- MEYER, J. W. The Evolution of Modern Stratification Systems. *In*: GRUSKY, D. B.; KU, M. C.; SZELÉNYI, S. **Social stratification**: class, race, and gender in sociological perspective. Boulder, Colo: Westview Press, 2008.
- PAKULSKI, J. Class and politics. **Polish Sociological Review**, n. 130, p. 187-192, 2000.
- _____. Fundamentos de uma análise pós-classe. *In*: WRIGHT, E. O. **Análise de classes**: abordagens. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 167-195.
- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz; USP, 1979.
- RIBEIRO, C. A. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: eDusc, 2007.

- _____. **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- _____. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, n. 54, p. 41-87, 2011.
- RIBEIRO, C. A. C.; SCALON, C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, p. 53-96, 2001.
- SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2002.
- _____. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 1, p.21-63, 2005.
- _____. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 55, n. 2, p. 353-402, 2008.
- SCALON, C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1999.
- SCALON, C.; SANTOS, J. A. F. Desigualdades, classes e estratificação social. *In*: MARTINS, C. B. (Coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil** (Sociologia). Rio de Janeiro: Anpocs, 2010.
- SILVA, N. V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Org.). **Origens e destinos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- SOUZA, J. de. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- WRIGHT, E. O. **Class counts: comparative studies in class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- HAGENNARS, J.; HALMAN, L. Searching for ideal types: the potentialities of latent class analysis. **European Sociological Review**, v. 5, n. 1, p. 81-96, 1989.